

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**EVIDENCIAÇÃO DO CPC 25 NAS EMPRESAS DE ENERGIA
ELÉTRICA LISTADAS NA BM&F BOVESPA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Daniela Maria Rubenich

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

EVIDENCIAÇÃO DO CPC 25 NAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA LISTADAS NA BM&F BOVESPA

Daniela Maria Rubenich

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Orientador: Prof. José Alexandre M. Pigatto

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova o Trabalho de Conclusão**

**EVIDENCIAÇÃO DO CPC 25 NAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA
LISTADAS NA BM&F BOVESPA**

elaborado por
Daniela Maria Rubenich

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

COMISSÃO EXAMINADORA:

José Alexandre M. Pigatto, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Luiz Henrique Figueira Marquezan, Ms. (UFSM)

Otília Denise Jesus Ribeiro. (UFSM)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade da vida.

Agradeço aos meus pais e minha irmã pelo apoio emocional, material e compreensão durante todos esses anos distantes.

Agradeço ao meu orientador pelos ensinamentos, orientação e dedicação apresentados, mesmos nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos professores do curso pelos ensinamentos passados além do que consta nas emendas das disciplinas.

Agradeço a Caduceu Jr por me proporcionar conhecer a grandeza do Movimento Empresa Júnior, pelos ensinamentos que foram essenciais na minha formação como profissional e como pessoa.

Agradeço meus amigos por muitas vezes se tornarem minha família e pelos momentos de distração vividos.

Agradeço de forma especial a Vanessa pela calma, tranquilidade e ajuda que sempre me fizeram muito bem.

Agradeço a Paloma e a Janice por terem me auxiliado no momentos bons, mas principalmente estavam comigo nos momentos mais difíceis e angustiantes.

Agradeço a Taís que mesmo longe consegue ser minha principal fonte de segurança e apoio.

Agradeço ao Henrique que nessas últimas semanas tornou-se um grande amigo e aliado, nossas conversas fizeram as etapas se tornarem menos doloridas.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, pela compreensão, pela distração e pelos ensinamentos adquiridos diariamente.

Agradeço às empresas que tive a oportunidade de estagiar pela oportunidade de colocar em prática tudo aquilo que aprendi durante esses anos de graduação.

A todos que de alguma maneira me ajudaram, meu muito obrigada!

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Graduação em Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria

EVIDENCIAÇÃO DO CPC 25 NAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Autora: DANIELA MARIA RUBENICH

Orientador: PROF. JOSÉ ALEXANDRE M. PIGATTO

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 04 de Julho de 2016.

O presente estudo teve como objetivo analisar o relatório financeiro das empresas classificadas no setor de energia elétrica da BM&FBovespa no exercício social de 2015 a fim de identificar padrões recorrentes e diferenciais de evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes em notas explicativas, os quais são orientados pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis n. 25. Metodologicamente a pesquisa classifica-se quanto aos procedimentos técnicos como documental, quanto aos objetivos é considerada descritiva e quanto a abordagem do problema qualitativa, pois analisa e interpreta as demonstrações financeiras padronizadas no que tange ao CPC 25. Inicialmente foram estabelecidos 23 critérios de evidenciação baseados no pronunciamento n. 25. A amostra inicial era composta de 62 empresas, no entanto os resultados obtidos basearam-se nos dados de 30 empresas, as quais atenderam aos critérios estabelecidos na etapa anterior. Logo após foram tabulados os dados através de planilha eletrônica, afim de realizar a análise e interpretação dos dados. Desta forma conclui-se que as empresas analisadas possuem um padrão no que evidenciar, porém diferem na forma de evidenciar os aspectos estudados. Mesmo os critérios mais evidenciados não possuem a mesma forma de evidenciação, dentre as empresas estudadas a AES Eletropaulo foi a empresa que apresentou mais critérios, destaca-se também que as empresas que estão listadas na bolsa de São Paulo o grupo AES Brasil é o que mais apresentou os critérios analisados, embora a análise tenha sido realizada de maneira individualizada e não consolidada.

Palavras-chave: CPC 25. Evidenciação. Empresas de energia elétrica.

ABSTRACT

Work Completion

Accounting Course

Federal University of Santa Maria

AUTHOR: DANIELA MARIA RUBENICH

ADVISOR: PROF. JOSÉ ALEXANDRE M. PIGATTO

Date and Place of Defense: Santa Maria, July, 04, 2016.

This study aimed to analyze the financial reporting of companies classified in the electricity sector of the BM & F Bovespa in the year 2015 in order to identify recurring patterns and differential provisions disclosure, contingent liabilities and contingent assets in the notes, which are guided by the Accounting Pronouncements Committee n. 25. Methodologically the research is classified as the technical procedures as documentary, about the objectives is regarded as descriptive and as the qualitative problem approach as analyzes and interprets the standardized financial statements with respect to CPC 25. Initially were established 23 criteria disclosure based on the statement n. 25. The initial sample was composed of 62 companies, however the results were based on data from 30 companies, which met the criteria set out in the previous step. Soon after they were tabulated data via spreadsheet in order to perform the analysis and interpretation of data. Thus it is concluded that the analyzed companies have a pattern as evidence, but differ as to highlight the studied aspects. Even more evident criteria do not have the same way of disclosure, among the companies studied AES Eletropaulo was the company that presented more criteria, also emphasized that the companies that are listed on the São Paulo stock exchange AES Brazil group is what most had the criteria analyzed, although the analysis has been performed individually and not consolidated basis.

Keyword: CPC 25. Disclosure. electric power companies .

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 : Quadro de decisão para ocorrência de saída de recursos	25
Quadro 2 : Quadro de decisão para ocorrência de entrada de recursos	26
Quadro 3 : Cada classe de provisão a entidade deve divulgar (continua)	29
Quadro 4 : Exigências para divulgar o passivo contingente	29
Quadro 5 : Atributos codificados para os itens do CPC 25	36
Quadro 6 : Amostra inicial do estudo..... (Continua)	
Gráfico 1 : Média de evidenciação.....	40
Gráfico 2 : Média das empresas analisadas	46
Figura 1 : Quadro de provisão contingente Cemig	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 2: Estatísticas das práticas de evidenciação	39
Tabela 3 : Estatísticas dos passivos contingentes.....	44
Tabela 4 : Estatísticas comportamentais das empresas em relação aos atributos.....	45

LISTA DE ABREVIações

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CRCRS – Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul

BM&FBovespa- Bolsa de Valores de São Paulo

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Tema.....	11
1.2 Delimitação do tema.....	11
1.3 Definição do problema.....	11
1.4 Objetivos.....	12
1.4.1 Objetivo geral.....	12
1.4.2 Objetivos específicos.....	13
1.5 Justificativa.....	13
1.6 Estrutura do trabalho.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Contabilidade.....	15
2.2 Evidenciação contábil.....	16
2.3 Notas explicativas.....	18
2.4 Pronunciamento CPC 25.....	21
2.4.1 Provisão e passivo contingente.....	22
2.4.2 Contingências Ativas.....	25
2.4.3 Tipos de Contingências.....	26
2.4.4 Exigências do CPC 25.....	28
3 METODOLOGIA	31
3.1 Classificação da Pesquisa.....	31
3.1.1 Objetivos da pesquisa.....	31
3.1.2 Procedimentos.....	31
3.1.3 Abordagem do problema.....	32
3.1.4 Métodos.....	32
3.2 Método.....	32
3.2.1 Codificação dos dados.....	33
3.2.2 Variáveis <i>Dummy</i>	33
3.3 Estatística descritiva.....	34
3.3.1 Média aritmética.....	34
3.3.2 Desvio padrão.....	34
3.3.3 Coeficiente de variação.....	35
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	36
4.1 Objeto de estudo.....	37
4.2 Análise dos atributos.....	39
4.2.1 Quanto às provisões contingentes.....	41
4.2.2 Quanto aos passivos contingentes.....	43
4.2.3 Quanto aos ativos contingentes.....	45
4.3 Análise das empresas.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE A- BASE DE DADOS	53

1 INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis são importantes instrumentos para a tomada de decisão, por diferentes usuários interessados na situação econômico financeira das organizações. Entretanto, muitas vezes a informação das demonstrações não é suficiente para atender a tais necessidades e é necessário evidenciar algumas práticas ou critérios utilizados no reconhecimento e mensuração dos elementos contábeis por meio de descrições pormenorizadas, quadros analíticos suplementares e comentários especializados o que, em geral, é realizado em notas explicativas. Deste modo, as notas explicativas são os itens de maior extensão nos relatórios financeiros de empresas listadas na Bolsa de Valores, ocupando diversas páginas e é a prática de evidenciação mais prevalente nesse conjunto de relatórios no Brasil.

Por outro lado, a evolução da tecnologia possibilitou o rápido acesso às informações das empresas que podem utilizar diferentes meios para atender a demanda dos usuários por informação a respeito das políticas contábeis adotadas pela entidade, por exemplo, através da internet. Nesse cenário, a evidenciação realizada por meio de notas explicativas desempenha um importante papel, contribuindo no processo de análise e tomada de decisões, reduzindo destarte a assimetria da informação entre seus produtores e usuários. A evolução recente na informação contábil originou-se da necessidade de padronização mundial das práticas que encontrou respaldo na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) Nº 1.055/2005 tendo como objetivo:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Neste sentido, a partir de 2005 buscou-se a convergência às normas internacionais adaptadas à realidade brasileira.

Assim sendo, o desenvolvimento do presente estudo têm como referência o Pronunciamento Técnico CPC 25, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos

Contingentes, o qual se correlaciona com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 37 aplicada às empresas classificadas no setor de energia elétrica na BM&FBovespa. Tal pronunciamento possui como objetivo:

Estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

A seguir, serão abordados o tema, a delimitação do tema, a definição do problema, os objetivos geral e os específicos, a hipótese, a justificativa e a estrutura do estudo realizado.

1.1 Tema

As notas explicativas ocupam cada vez mais espaço no relatório financeiro das empresas. Paralelamente à recomendação legal, este trabalho pretende investigar a existência de práticas comuns na publicação das notas explicativas dentre as empresas estudadas. Portanto, o tema escolhido para o estudo é a evidenciação dos elementos do pronunciamento CPC 25 nas empresas de capital aberto listadas no setor de energia elétrica da BM&FBovespa.

1.2 Delimitação do tema

O estudo analisa as notas explicativas a fim de verificar a existência de padrões e diferenças de evidenciação dos elementos do pronunciamento CPC 25 nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de empresas de capital aberto classificadas na BM&FBovespa no setor de energia elétrica durante o exercício social de 2015.

1.3 Definição do problema

A busca por informações econômico financeira das empresas é cada vez maior em um mundo conectado através da internet. A transparência das informações alcança tanto as instituições governamentais quanto as privadas. Desse modo, a contabilidade desempenha um papel significativo, pois é a partir das demonstrações contábeis que parte das decisões econômicas e financeiras são baseadas. A

existência de legislação obriga as empresas a publicar suas demonstrações contábeis parcialmente padronizadas, mas não estabelece um padrão estrito para as notas explicativas que são utilizadas conforme a necessidade e interesse do preparador.

O setor de energia elétrica no Brasil, que é alvo deste estudo, segue as normas estabelecidas pelas ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que é a agência reguladora do setor. Spitzcovsky (2013), define agências reguladoras como “espécies de autarquias que apresentam por objetivo a regulamentação, o controle e a fiscalização da execução dos serviços públicos transferidos ao setor privado”. Outro conjunto regulador da contabilidade das empresas do setor elétrico são os pronunciamentos CPC.

O pronunciamento CPC 25 faz algumas exigências que as empresas devem seguir em relação às provisões, passivos e ativos contingentes. As notas explicativas devem evidenciar as informações sobre provisões, passivos e ativos contingentes na medida em que elas não sejam suficientemente claras nas demonstrações contábeis. Como ativos e passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial, o local adequado para sua apresentação é, exatamente, em notas explicativas. Nesse contexto um tanto subjetivo dos preparadores de demonstrações contábeis surge a pergunta deste estudo: - é possível identificar padrões de evidenciação contábil em notas explicativas dentre as empresas do setor de energia elétrica em conformidade com o CPC 25?

1.4 Objetivos

Os objetivos a seguir possuem como proposta, tentar solucionar o problema descrito no item anterior.

1.4.1 Objetivo geral

Analisar o relatório financeiro das empresas classificadas no setor de energia elétrica da BM&FBovespa no exercício social de 2015 a fim de identificar padrões recorrentes e diferenciais de evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes em notas explicativas.

1.4.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são as etapas que serão atingidas para que seja alcançado o objetivo geral. Neste estudo os objetivos específicos são os seguintes:

- 1) Codificar as notas explicativas de acordo com o seu conteúdo, correlação com o balanço patrimonial, demonstração do resultado e itens fora das demonstrações;
- 2) Realizar a contagem da frequência dos itens codificados para cada empresa;
- 3) Produzir estatísticas descritivas com base nos dados analisados;
- 4) Produzir e analisar estatísticas de associação das variáveis codificadas as empresas;
- 5) Sintetizar os padrões de evidenciação revelados através dos objetivos anteriores.

1.5 Justificativa

As informações contábeis são utilizadas no processo de tomada de decisão. Itens contingentes tratam de riscos e de probabilidades. Desse modo a evidenciação contábil dos itens contingentes ou incertos auxilia os usuários na avaliação do risco empresarial. A análise das práticas de evidenciação dos itens incertos e contingentes permite explorar a realidade do relacionamento das empresas do setor elétrico com os usuários das suas demonstrações, ou seja, como essas empresas comunicam seus riscos e incertezas para tomadores de decisão, credores e investidores. O objeto deste estudo são as empresas de energia elétrica e sendo que este ramo é considerado um bem que se tornou essencial para o desenvolvimento da sociedade, segundo o atlas da energia elétrica “o consumo de energia é um dos principais indicadores do desenvolvimento econômico e do nível de qualidade de vida de qualquer sociedade”.

O Brasil encontra-se em recessão econômica o que aumenta o volume da inadimplência. Esse fenômeno afeta as empresas. Nesse cenário, o setor de energia elétrica tem um número expressivo de clientes residenciais e, nos últimos anos, o governo criou diversos programas assistenciais reduzindo o valor cobrado de

famílias de baixa renda. Esse contexto apresenta as condições propícias ao surgimento de elementos contingentes. Além disso, as empresas de geração estão envolvidas em projetos de grande vulto que dependem de licenciamento ambiental. Os recentes eventos da Eletrobrás indicam para o futuro perdas prováveis decorrentes da corrupção. Com a revisão constante do repasse de verbas, esse é outro item contingente que pode afetar diretamente os serviços prestados ou as obras relacionadas ao setor. Enfim, não são poucos os elementos indicativos de este setor experimenta uma incidência alta de contingências, principalmente, passivas.

1.6 Estrutura do trabalho

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta-se distribuído em cinco capítulos, de forma lógica e objetiva para o alcance dos objetivos propostos neste trabalho.

No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução ao estudo, contendo o tema, delimitação do tema, o problema da pesquisa, objetivo geral e os objetivos específicos, a hipótese e a justificativa que embasa a elaboração do estudo e a presente estrutura.

O segundo capítulo é apresentado o referencial teórico que engloba o embasamento teórico para a elaboração deste estudo, iniciando pela contabilidade, seguido pela evidenciação, notas explicativas até o CPC 25 que é a referência principal para este estudo.

Na sequência de capítulos, o terceiro capítulo é destinado a apresentação da metodologia utilizada, assim neste capítulo é apresentado os métodos e técnicas utilizadas para a elaboração deste estudo.

O quarto capítulo abrange os métodos utilizados, a comparação dos resultados obtidos e a análise dos resultados obtidos.

Para finalizar, no quinto e último capítulo, são apresentados as considerações finais e limitações deste estudo, bem como sugestões para próximos estudos a serem realizados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As notas explicativas são parte de um sistema de informações maior que é a contabilidade. A contabilidade é um processo de captura dos fenômenos econômico financeiro das entidades. Esse processo transforma dados em informações úteis a um conjunto de usuários, dentre os quais, credores, investidores, governos e pessoas em geral.

2.1 Contabilidade

A contabilidade para alguns estudiosos existe desde o início da civilização, pois o homem desde os primórdios queria avaliar sua riqueza, saber se seu patrimônio tinha aumentado, sendo que os primeiros exemplos completos da contabilidade são a aproximadamente 4000 a.C, (IUDÍCIBUS, 2010). Com o desenvolvimento da humanidade, advindo da necessidade de cada período da história, surgiram as revoluções, o comércio e a moeda, ou seja, a contabilidade sempre esteve ligada ao desenvolvimento econômico.

Em meados do século XVII na Europa houve uma grande expansão comercial, onde surgiu a necessidade da criação de um meio de troca inicialmente chamado de escambo. O surgimento do método das partidas dobradas surgiu após a divulgação em 1494, da obra de Luca Pacioli, intitulado *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita*. Considerado um marco na evolução da contabilidade, o método das partidas dobradas evidencia a causa e o efeito dos fatos ocorridos em relação ao controle e a mensuração das variações.

A contabilidade é considerada uma ciência social aplicada e portanto está em constante evolução, através da necessidade atual, por meio de pesquisas, estudos e preocupando-se em evidenciar corretamente a real situação patrimonial da entidade.

Para Iudícibus et al. (2009, p. 22):

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a Alta administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Conforme os autores a contabilidade é um importante instrumento na tomada de decisão, sendo que atualmente as informações necessitam de atualizações constantes e reais que norteiam as decisões dos empresários.

De acordo com Martins et al. (2013), a contabilidade sempre teve influência dos órgãos governamentais que aplicam os critérios fiscais a fim de uma consolidação das informações que as empresas divulgam e declaram. Dessa maneira, em 1976 a Lei das Sociedades por Ações foi publicada e estabelecendo que as empresas deveriam seguir o estipulado na lei em questão, devendo manter escrituração e seguir os princípios de contabilidade geralmente aceitos. Mas somente no ano de 2007 ocorreu a alteração para que houvesse maior convergência internacional, onde não há descumprimento dos aspectos tributários, mas há a convergência dos balanços individuais.

Conforme Ludícibus (2010), a contabilidade é uma ciência que é utilizada por diferentes pessoas ou entidades, que buscam as informações que a ciência proporciona. Sendo considerada uma área que requerer constante atualização, pois a com a evolução e desenvolvimento da sociedade, o profissional contábil tem que estar constantemente se atualizando, pois as normas brasileiras e internacionais estão se adaptando diariamente, fazendo com que algumas regras mudem.

2.2 Evidenciação contábil

Além estrutura das demonstrações contábeis, a evidenciação contribui para que a contabilidade atinja seu objetivo que é a avaliação da situação econômico-financeira do patrimônio da entidade. E para que as demonstrações contábeis possam contribuir para um melhor entendimento das informações divulgadas utiliza-se a evidenciação, a fim de auxiliar o usuário das demonstrações financeiras entendê-las de melhor maneira, portanto as evidenciações destacadas podem ser quantitativas ou qualitativas, desse modo podem aparecer nas demonstrações contábeis como: notas explicativas, quadros analíticos suplementares, informações entre parênteses e comentários do auditor (MARION, 2013).

Aquino et al. (1992, p. 5) definem evidenciação da seguinte maneira:

A evidenciação é mais que unir princípios, ela é uma espécie de canal, de elo de ligação, entre os Postulados/Princípios contábeis e os objetivos da

Contabilidade, ou seja, é o meio/processo que permite à Contabilidade atingir seus objetivos.

A evidenciação contábil nas demonstrações contábeis tem por objetivo um maior detalhamento ou explicação de determinado método utilizado, a fim de informar os meios que a empresa se utilizou para atingir o resultado demonstrado. A evidenciação deve ser divulgada em tempo hábil, procurando sempre auxiliar o administrador na tomada de decisão.

As notas explicativas são as mais conhecidas formas de evidenciação, porém existem outras maneiras, tais como: notas de rodapé, quadros e demonstrativos suplementares, ou seja, eles complementam as demonstrações contábeis, afim de torna-las mais compreensíveis.

De acordo com Dalmácio e Paulo (2003, p. 5), as principais formas de evidenciação das informações contábeis são:

Balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das origens e aplicações de recursos, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, as notas explicativas, o parecer da auditoria e o relatório da administração.

Conforme os autores, várias são as formas de evidenciação contábil. Assim, o contador se utilizará dos diversos princípios da contabilidade para manter o usuário informado e para que as informações contidas nas demonstrações sejam complementadas e úteis para seus usuários. Há alguns anos o Conselho Federal de Contabilidade juntamente com outras agências reguladoras dão uma maior atenção a evidenciação, muito se deve aos crescentes padrões de transparência e as políticas adotadas pelas empresas (MARTINS et al. 2013).

Complementando as opiniões de diferentes autores, Neves (2005, p. 20) afirma que:

A divulgação deve ser necessária e suficiente para facilitar a decisão do usuário, sem confundir-lo com excesso de informações, ou seja, entendendo-se como relevante àquela que pode alterar a percepção do investidor e ser capaz de permitir a comparação do desempenho de uma mesma empresa no tempo e dela com outras empresas.

Percebe-se através dos diferentes autores expostos, que a qualidade da informação facilita a análise do usuário para a tomada de decisão, contribuindo para

que o mesmo possa realizar uma análise de diferentes empresas e entender a situação que a mesma está passando. No caso de um investidor as informações da empresa são muito importantes e de seu total interesse.

2.3 Notas explicativas

A contabilidade tem como um dos principais objetivos a divulgação de informações da empresa, através das demonstrações contábeis. Assim, o grande desafio da área tem sido a quantidade e a qualidade das informações apresentadas e ao mesmo tempo não deixando de atender as necessidades dos usuários dessas informações. Desse modo, as notas explicativas que complementam as demonstrações financeiras, buscando evidenciar práticas contábeis utilizadas pela empresa, critérios utilizados para avaliar ativos, entre outras diversas práticas utilizadas pela empresa (MARTINS et al. 2013).

As notas explicativas são consideradas umas das principais formas de evidenciação, sendo muito utilizadas pelos contadores. O Comitê de Pronunciamentos Técnicos-CPC, n. 26, define notas explicativas:

Notas explicativas contêm informação adicional em relação à apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

De acordo com o CPC 26, as notas explicativas contêm informações adicionais as demonstrações contábeis, evidenciando critérios utilizados. Geralmente são encontradas no balanço patrimonial, demonstração de resultado e demonstração de fluxo de caixa.

A publicação das Notas Explicativas é primeiramente definida na Lei n. 6.404/76 denominada Lei das Sociedades Anônimas. O Art. 176, § 4 traz que: As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. Assim como foi definido em lei, as notas explicativas tem a função de fazer com que o usuário compreenda melhor o que é publicado nas demonstrações contábeis.

Para apresentar as notas explicativas, o CPC n. 26 define que as notas explicativas devem:

- (a) apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas, de acordo com os itens 117 a 124;
- (b) divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações do CPC que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis; e
- (c) prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

Conforme o que O CPC n. 26 define o que deve constar nas notas explicativas, tentando com isso, que as empresas ao divulgarem suas demonstrações contábeis, sigam um determinado “padrão”, mas ainda assim existe muita discrepância na divulgação das notas explicativas no Brasil.

Os órgãos de classe como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), juntamente com outros órgãos reguladores, procuram esclarecer para que os profissionais possam elaborar demonstrações contábeis com qualidade. Assim, o Conselho Regional de Contabilidade (CRCRS) em seu site, divulga uma breve orientação quanto a publicação de notas explicativas:

A lei estipula o mínimo dessas notas e sugere a sua ampliação, quando for necessário, para o devido “esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”. Nesse mínimo de divulgação, incluem-se:

- informações sobre a base de preparação das demonstrações e das práticas contábeis aplicadas e adotadas no Brasil, que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações contábeis;
- descrição dos critérios de avaliação dos elementos patrimoniais e das práticas contábeis adotadas;
- retificação de erros, avaliações, ônus sobre ativos, detalhamentos das dívidas de longo prazo, do capital e dos investimentos relevantes em outras empresas, eventos subsequentes importantes após a data do balanço.

Como se pode perceber, essa orientação do Conselho Regional de Contabilidade estipula o mínimo que deve ser divulgado, ficando a cargo da consciência e do profissionalismo do contador em divulgar informações que considere necessárias para o melhor entendimento das práticas que a empresa adotou e auxiliando para uma tomada de decisão com mais qualidade.

O Brasil atualmente vem passando uma forte crise financeira, onde as mudanças econômicas em certos setores da economia afetam muito o rendimento das empresas e isso pode ser observado no CPC n. 26, no parágrafo 125:

A entidade deve divulgar, nas notas explicativas, informação acerca dos pressupostos relativos ao futuro e outras fontes principais de incerteza nas estimativas ao término do período de reporte que possuam risco significativo de provocar ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos ao longo do próximo exercício social. Com respeito a esses ativos e passivos, as notas explicativas devem incluir detalhes elucidativos acerca:

- (a) da sua natureza; e
- (b) do seu valor contábil ao término do período de reporte.

O parágrafo 125 trata das fontes principais de incertezas que podem interferir nos resultados dos ativos e passivos ao longo do exercício social seguinte. Assim, a empresa já pode tentar prever o que poderá acontecer com esses dois grupos de contas. O objetivo dessa análise é a compreensão dos usuários demonstrando os motivos pelos quais a administração classificou as devidas contas nesse grupo de incertezas.

Para complementar, pode-se utilizar na mensuração dos grupos do ativo e passivo o que se refere o parágrafo 126 do CPC 26:

Definir os montantes de alguns ativos e passivos exige a estimativa dos efeitos de eventos futuros incertos sobre esses ativos e passivos ao término do período de reporte. Por exemplo, na ausência de preços de mercado recentemente observados, passam a ser necessárias estimativas orientadas para o futuro para mensurar o valor recuperável de ativos do imobilizado, o efeito da obsolescência tecnológica nos estoques, provisões sujeitas ao futuro resultado de litígio em curso e passivos de longo prazo de benefícios a empregados, tais como obrigações de pensão. Essas estimativas envolvem pressupostos sobre esses assuntos, como o risco associado aos fluxos de caixa ou taxas de desconto, futuras alterações em salários e futuras alterações nos preços que afetam outros custos.

No parágrafo 126, o pronunciamento CPC em questão faz referência à atualização que o ativo e o passivo devem ter, pois não podem estar com seus valores defasados e sim constar uma avaliação futura e os pronunciamentos auxiliam os profissionais no que diz respeito a forma de publicação, fazendo com que se tenha uma preocupação da classe contábil, juntamente com os órgãos reguladores de ter qualidade nas publicações das demonstrações contábeis e da evidenciação através das notas explicativas.

Seguindo as instruções do pronunciamento CPC n. 26, o qual ressalta a qualidade das informações que possuem as notas explicativa e que devem ser divulgadas:

É importante que os usuários estejam informados sobre a base ou bases de mensuração utilizada(s) nas demonstrações contábeis (por exemplo, custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável) porque a base sobre a qual as demonstrações contábeis são elaboradas afeta significativamente a análise dos usuários. Quando mais de uma base de mensuração for utilizada nas demonstrações contábeis, por exemplo, quando determinadas classes de ativos são reavaliadas (se permitido legalmente), é suficiente divulgar uma indicação das categorias de ativos e de passivos à qual cada base de mensuração foi aplicada.

A qualidade da informação divulgada afeta diretamente o usuário da informação, pois o mesmo muitas vezes procura conhecer melhor as práticas que a empresa realiza. E o pronunciamento CPC 26 enfatiza a qualidade da informação entregue ao usuário, pois o mesmo ao buscar as notas explicativas, que também são partes integrantes das demonstrações contábeis, procuram por evidências e fatos que contribuem para a tomada de decisão. Mas para o melhor entendimento geralmente busca-se complementos das informações constantes nos relatórios da administração e o entendimento do mercado que essa empresa está inserida, pois nada adianta analisar dados somente sem analisar o contexto. O ambiente influencia muito os acontecimentos e os resultados da empresa como um todo.

2.4 Pronunciamento CPC 25

Em meados de 2005 observava-se uma crescente necessidade de internacionalização das normas contábeis e principalmente a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais, essa demanda propiciou a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis a partir da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n. 1055 de 2005. O Comitê é composto por diversas entidades contábeis e reguladoras do país, sendo considerados produtos do CPC os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações.

A grande mudança ocorreu com a publicação da Lei 11638 de 2007 que alterou a lei n. 6404 de 1976 que determina às sociedades de grande porte, disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, sendo considerada umas das primeiras alterações para a harmonização da

contabilidade brasileira. O grau de detalhamento exigidos para a adequação da contabilidade brasileira as normas internacionais, foi objeto de estudo conjunto da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e a Ernst & Young realizaram uma análise no ano de 2010, sendo esse o primeiro ano que as empresas de capital aberto deveriam publicar as demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais.

A fim de adequar as demonstrações financeiras das empresas de capital aberto, diversos pronunciamentos foram publicados, especificamente este trabalho é orientado ao CPC 25 que trata das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, este tem correlação com a norma internacional de contabilidade IAS 37. O objetivo do pronunciamento CPC 25 é estabelecer critérios para mensuração e reconhecimento das provisões, passivos e ativos contingentes, bem como devem ser apresentadas essas informações.

O pronunciamento CPC 25 trabalha as provisões contingentes, passivos e ativos contingentes, para entender o CPC precisamos ter o entendimento do que é uma contingência, de acordo com Albuquerque e Faria (2009), contingência pode ser definida como:

[...] uma situação ou um conjunto de situações que envolvam alguma incerteza. Está relacionada a algo que pode ou não vir a acontecer, essa incerteza pode gerar um ganho ou uma perda, ou seja, pode gerar possíveis receitas ou despesas, além de ativos ou de exigibilidade para a empresa.

A publicação desse CPC foi aprovado com a deliberação número 594 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tornando-se obrigatório sua implementação para as empresas de capital aberto no exercício de 2010.

2.4.1 Provisão e passivo contingente

Para interpretar corretamente o CPC 25, temos que compreender os termos utilizados neste pronunciamento. Entre os mais utilizados destaca-se o termo contingente, assim o conceito apresentado no parágrafo 12 do CPC 25, “[...] o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade [...].” As empresas durante seu percurso normal não possuem poder de controlar tudo o que

acontece que a envolva, assim muitas empresas acabam tendo um setor jurídico ou contrata o serviço de advogados para acompanhar e defender a empresa nos processos envolvidos e tomar as devidas atitudes para acompanhar essas contingências.

Para Giometti (2004) diz que as “contingências são incertezas já existentes que podem vir a ter impacto na situação econômico-financeira de uma sociedade em virtude de eventos futuros”. Como o referido autor conceitua contingências, destaca-se o impacto que as mesmas podem causar na situação econômico-financeira de uma instituição. A grande maioria dos contingências existentes possuem um processo de cunho judicial envolvido e são de origem passivas o que podem vir a causar um dispêndio de numerário que poderá vir a afetar o fluxo normal da empresas ou até mesmo comprometer a continuidade da empresa.

O CPC 25 destaca os cuidados que se deve ter ao interpretar provisão e passivo contingente. Os significados apresentados no pronunciamento se refere a provisão como sendo “um passivo de prazo ou de valor incertos, já o passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”.

De acordo com Giometti (2004), a origem das contingências ativas quanto as passivas de uma maneira geral, advém de “disputas judiciais, descumprimento de cláusulas contratuais, exigências de garantias, divergências de interpretação sobre a incidência e a forma de cálculo de impostos e sinistros em riscos não cobertos por seguros”. O pronunciamento técnico 25 também destaca que as origens podem acontecer a partir de eventos que criam a obrigação de forma legal, como por exemplo, originários de contratos, da legislação e leis, mas que também, podem ocorrer eventos que gerem uma obrigação não formalizada quando a entidade transfere a responsabilidade a outras partes e confia nelas para o cumprimento das responsabilidades estabelecidas.

Entende-se, de acordo com o pronunciamento CPC 25 (par. 10), que o passivo contingente é:

- a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

- (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
- (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

No mesmo pronunciamento, no parágrafo 13 faz-se a distinção entre provisões e passivos contingentes, apesar de que todas as provisões sejam contingentes uma vez que possuem prazo e valor incertos. Assim o parágrafo 13 do pronunciamento CPC 25 faz a distinção entre provisões e passivos contingentes:

- (a) provisões – que são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (b) passivos contingentes – que não são reconhecidos como passivo porque são:
 - (i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou
 - (ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Após essa distinção, é necessário saber quando é realizado o reconhecimento dessas contingências. Para tanto, deve-se avaliar a probabilidade de saída de recursos. Neste sentido, existem três possibilidades de saídas de recursos:

1. Saída provável: quando existe uma obrigação presente;
2. Saída possível: mais provável que não haja saída de recurso, mas existe a possibilidade.
3. Saída remota: a saída de recurso é baixa ou inexistente.

Essas avaliações são feitas com base no andamento dos processos judiciais nos quais a empresa esteja envolvida e nas percepções que os envolvidos dessa área possuem. Muitas vezes o reconhecimento de uma obrigação pode ocorrer antes mesmo da empresa receber uma notificação judicial.

O tratamento contábil depende muito dessa avaliação, sendo necessária a avaliação periódica das contingências. A saída de recursos pode se tornar provável inesperadamente se não houver o acompanhamento e atualização recorrente. Para auxiliar na classificação o pronunciamento traz em seu apêndice A ilustrações para

facilitar a decisão. Martins et al.(2013) apresenta o seguinte quadro para a tomada de decisão e tratamento contábil para a ocorrência de saída de recursos:

Quadro 1 : Quadro de decisão para ocorrência de saída de recursos

Probabilidade de ocorrência do desembolso		Tratamento Contábil
Obrigação Presente Provável	- mensurável por meio de estimativa confiável	Uma provisão é reconhecida e é divulgado em notas explicativas
	- não mensurável por inexistência de estimativa confiável	Divulgação em notas explicativas
Possível (mais provável que não tenha saída de recursos do que sim)		Divulgação em notas explicativas
Remota		Não divulga em notas explicativas

Fonte: (MARTINS et al., 2013, p. 403).

2.4.2 Contingências Ativas

Assim como as contingências passivas vistas anteriormente possuem diversas especificações, as contingências ativas também requerem certo cuidado e devem seguir as exigências estabelecidas no pronunciamento técnico n. 25.

Para Martins et al., (2013, p 47) o ativo é “o benefício econômico futuro incorporado a um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade”. Assim, o ativo é considerado uma entrada de recurso para a empresa. No pronunciamento CPC 25, a definição para ativo contingente é a seguinte: “um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade”.

Os parágrafos 31 a 35 do pronunciamento CPC 25 se referem aos ativos contingentes e suas particularidades. No parágrafo 32 o surgimento de um ativo contingente é explorado:

[...] surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

A prudência faz com que os ativos contingentes sejam reconhecidos somente quando a entrada de recurso for praticamente certa, pois esses ativos são oriundos de eventos não esperados ou não planejados pela organização. No apêndice A do pronunciamento CPC 25 é apresentado outra ilustração para auxiliar na decisão de reconhecimento. Essa ilustração também é apresentada da seguinte maneira por Martins et. al,(2013, p 403):

Quadro 2 : Quadro de decisão para ocorrência de entrada de recursos

Probabilidade de ocorrência de entrada de recurso	Tratamento contábil
Praticamente certa	O ativo não é contingente, um ativo é reconhecido.
Provável, mas não praticamente certa	Nenhum ativo é reconhecido, mas existe divulgação em notas explicativas
Não é provável	Nenhum ativo é reconhecido, não divulga em notas explicativas.

Fonte: (MARTINS et al., 2013, p.403).

Assim como é recomendada pelo pronunciamento CPC 25 a avaliação periódica dos passivos contingentes, os ativos também devem ser avaliados periodicamente, pois podem ocorrer mudanças de estimativas e uma entrada de benefícios econômicos seja realizada.

2.4.3 Tipos de Contingências

Existem diversos tipos de contingências, sendo estas derivadas de fatos que a empresas não possuem controle. A maioria das contingências que as empresas apresentam são de natureza judicial. Giometti (2004) descreve a maneira como surgem as contingências.

De maneira geral, tanto as perdas quanto os ganhos contingentes advêm de disputas judiciais, descumprimento de cláusulas contratuais, exigências de garantias, divergências de interpretação sobre a incidência e a forma de cálculo de impostos e sinistros em riscos não cobertos por seguros.

Na sequência serão apresentadas as principais origens das contingências encontradas nas demonstrações financeiras padronizadas das empresas de energia elétrica.

2.4.3.1 Cíveis

Os processos de natureza cível geralmente estão vinculados a danos pessoais, envolvendo acidentes ocorridos na rede elétrica, acidentes com veículos, etc. Outra causa comum do surgimento de uma contingência cível é a majoração tarifária vinculada principalmente a consumidores industriais.

2.4.3.2 Trabalhistas

Os processos de natureza trabalhistas estão relacionados às reivindicações de ex-funcionários e de sindicatos para pagamentos de ajustes salariais, horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias. Os processos envolvendo essa área são os mais delicados e possuem um grande volume em praticamente todas as companhias.

2.4.3.3 Tributárias

Os processos de natureza tributária estão vinculados ao pagamento de cobrança indevida realizada para o recolhimento dos impostos, na sua maioria, na tributação sobre a renda (lucro).

2.4.3.4 Ambientais

Os processos de natureza ambiental estão ganhando cada vez mais destaque e preocupação por parte das empresas. A evolução da legislação ambiental acarreta obrigações as quais as empresas têm de cumprir. As vezes ocorrem violações não intencionais da legislação ambiental ou ações igualmente involuntárias que acabam prejudicando o meio onde a organização está inserida. Então os processos

derivados de danos ao meio ambiente materializam-se em autos de infrações lavrados por órgãos de fiscalização.

2.4.3.5 Regulatórias

A ANEEL é a agência que é responsável pela fiscalização da produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, sendo vinculada ao Ministério de Minas e Energia. De acordo com Spitzcovsky (2013), a ANEEL “[...] pode promover licitações destinadas à contratação de concessionários, celebrar contratos de concessão, fiscalizar a sua execução e fixar multas e outras sanções aos concessionários por descumprimento de cláusulas contratuais”.

Os processos de natureza regulatória alcançam as empresas a partir da agência reguladora do ramo de atividade no qual operam. No caso da amostra, a agência reguladora é a ANEEL.

2.4.3.6 Administrativas

Os processos de natureza administrativa são os que não se enquadram nos demais sendo caracterizados como administrativos.

2.4.4 Exigências do CPC 25

Os pronunciamentos do CPC definem os critérios de reconhecimento segundo os quais as empresas devem se posicionar em relação às normas publicadas. No pronunciamento CPC 25 também são definidos os conteúdos que as empresas precisam divulgar. Deste modo, na sequência será apresentado as exigências do referido pronunciamento do CPC.

Nos itens 84 e 85 são definidas os conteúdos que a entidade deve divulgar em relação às provisões contingentes. O quadro 3 abaixo foi elaborado a partir dos itens citados anteriormente.

Quadro 3 : Cada classe de provisão a entidade deve divulgar (continua)

1) O valor contábil no início e no fim do período
2) Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
3) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;
4) valores não utilizados revertidos durante o período; e
(Conclusão)
5) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.
6) uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;
7) uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas. Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, conforme tratado no parágrafo 48; e
8) o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.
9) Não é exigida informação comparativa

Fonte: CPC 25.

No parágrafo 86, o pronunciamento se refere à divulgação do passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer desembolso. Portanto, para cada classe de passivo contingente, na data do balanço, a entidade deve divulgar uma breve descrição da natureza do passivo contingente como segue no quadro 4:

Quadro 4 : Exigências para divulgar o passivo contingente

A estimativa de seu efeito financeiro;
A indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída;
A possibilidade de qualquer reembolso.

Fonte: CPC 25

No parágrafo 89 do pronunciamento CPC 25 são explicados os conteúdos que a entidade deve divulgar quando existe a provável entrada de benefícios econômicos. Portanto, o parágrafo instrui que “a entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros”. Na sequência, o parágrafo

90 alerta sobre a importância de evitar dar indicações indevidas sobre a probabilidade de surgirem ganhos.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da Pesquisa

Conforme exposto por Lakatos e Marconi (2010), a metodologia científica é considerada como os diversos métodos que podem ser utilizados no estudo, a fim de resolver o problema proposto sendo considerado um plano para conduzir a investigação.

3.1.1 Objetivos da pesquisa

Quanto aos objetivos esta pesquisa é considerada descritiva. Para Gil (2002), como o próprio nome já se refere, este tipo de pesquisa tem por objetivo descrever características de uma determinada população, fenômeno ou grupo. Também podem auxiliar na determinação das associações entre as variáveis.

3.1.2 Procedimentos

Em relação aos procedimentos, a pesquisa é considerada uma pesquisa documental.

A característica da pesquisa documental é que a fonte da coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 174).

Cervo e Bervian (2003) enquadra a pesquisa documental dentro de uma forma de pesquisa descritiva e a define como a investigação dos documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e demais características, estuda a realidade presente e não o passado.

Pesquisa documental é feita por meio de fontes primárias, utilizando documentos que ainda não receberam tratamento analítico, como fotografias, testamentos, manuscritos, atas parlamentares, registros de nascimento, gravações, leis, diários, registros de automóveis etc. (RODRIGUES, 2006, p. 138).

Gil (2002, p. 45) argumenta que “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

3.1.3 Abordagem do problema

Segundo Lakatos e Marconi (2001) o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas que os fundamentaram.

O método indutivo é aquele pelo qual uma lei geral é estabelecida a partir da observação e da repetição de regularidades em casos particulares, isto é, por meio de observações particulares, chega-se à afirmação de um princípio geral. (RODRIGUES, 2006, p. 137).

3.1.4 Métodos

Os procedimentos empregados neste trabalho utilizam alguns métodos estatísticos.

O método estatístico fundamenta-se na utilização da teoria estatística das probabilidades. Suas conclusões apresentam grande probabilidade de serem verdadeiras, embora admitam certa margem de erro. A manipulação estatística permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado. (ANDRADE , 1999, p. 116).

Além da estatística, a descrição das notas explicativas demanda uma interpretação e descrição argumentativa.

3.2 Método

O estudo analisará relatórios financeiros padronizados, conforme o modelo preconizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com os dados das notas explicativa das empresas de capital aberto classificadas na BM&FBOVESPA no setor de energia elétrica, para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2015. Após a

seleção inicial que é composta por 62 empresas, dentre estas algumas foram analisadas de maneira consolidada e outras excluídas por não apresentarem os dados analisados neste estudo ou ainda, algumas empresas não haviam apresentado as DFP's quando o estudo iniciou, assim o presente estudo apresentará os resultados das análises da amostra composta de 30 empresas. Na sequência, foi realizada a codificação dos atributos das notas explicativas sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Posteriormente, foi realizada a contagem da frequência dos atributos e análise estatística descritiva a fim de identificar possíveis padrões de evidenciação contábil.

3.2.1 Codificação dos dados

Gibbs (2009, p. 60) apresenta algumas técnicas de como proceder com a análise de textos por meio da codificação, que, segundo ele, “é uma forma de indexar ou categorizar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação a ele”. Assim, os códigos criados permitem que o pesquisador tenha acesso mais fácil aos conteúdos levantados nas notas explicativas das demonstrações contábeis, facilitando a análise daquelas e possibilitando o interpretações e conclusões acerca dos significados que possam ter. Após o agrupamento dos códigos, o autor sugere a hierarquização destes, que permite formar interpretações a partir das respostas que obteve, analisar os dados das diferentes leituras e assim estabelecer uma base de dados a partir das notas explicativas analisadas.

Uma estratégia para codificar os dados nas notas explicativas é a construção de um “livro de códigos” que serve não só para elencar os códigos, mas também, para definir o que eles significam (GIBBS, 2009, p. 61).

3.2.2 Variáveis *Dummy*

As variáveis binárias (*Dummy*) são variáveis explicativas que podem tomar um de dois valores, em geral, 0 ou 1. Neste estudo elas representam características qualitativas, em eventos que tenham apenas dois resultados possíveis. A variável binária ou dicotômica assume os valores 1 se a característica de interesse está

presente ou 0, se a característica de interesse não está presente. A característica de interesse decorre do livro de códigos da pesquisa.

3.3 Estatística descritiva

A estatística descritiva será utilizada a fim de revelar os parâmetros das práticas contábeis evidenciados por cada empresa e, também, os parâmetros de a respeito da frequência dos atributos codificados em cada uma das empresas.

3.3.1 Média aritmética

A média aritmética (\bar{X}) é a soma de todos os valores observados da variável dividida pelo número total de observações. Sob uma visão geométrica, a média de uma distribuição é o centro de gravidade, representa o ponto de equilíbrio de um conjunto de dados. É a medida de tendência central mais utilizada para representar a massa de dados.

$$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^n x}{n} \quad (1)$$

3.3.2 Desvio padrão

Em estatística temos parâmetros que nos auxiliam na determinação de valores esperados para determinadas grandezas, tais como, produtividade, preços, etc. Em torno desses valores esperados expressos por médias, temos medidas de dispersão. As medidas de dispersão nos dão uma ideia da incerteza da grandeza medida em torno de sua média, por exemplo. As medidas clássicas de risco são o desvio padrão, a variância e a covariância.

O desvio-padrão de uma amostra (s) é dado pela seguinte equação:

$$s = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2}{n - 1}} \quad (2)$$

3.3.3 Coeficiente de variação

Na comparação dos dados das diferentes empresas e diferentes práticas evidenciadas não é possível estabelecer um critério de variabilidade comparativo a partir do desvio padrão. O desvio padrão só pode ser considerado grande ou pequeno em função da ordem de grandeza da variável analisada. Uma maneira de se expressar a variabilidade dos dados tirando a influência da ordem de grandeza da variável é através do coeficiente de variação, definido por:

$$CV = \frac{s}{\bar{x}} \quad (3)$$

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo do estudo é identificar padrões de evidenciação em notas explicativas sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes das empresas classificadas no setor de energia elétrica que operam na BM&FBovespa. No quadro 5 são apresentados os critérios analisados nas DFP'S das empresas de energia elétrica baseados nas exigências do CPC 25.

Quadro 5 : Atributos codificados para os itens do CPC 25

Código	Descrição
ACCOMP	Comparação do ativo contingente
ACDESC	Descrição do ativo contingente
ACMONT	Montante do ativo contingente
PCADM	Passivo contingente de natureza administrativa
PCAMB	Passivo contingente de natureza ambiental
PCCIV	Passivo contingente de natureza cível
PCCOMP	Comparação do passivo contingente
PCDESC	Descrição do passivo contingente
PCMONT	Montante do passivo contingente
PCQU	Apresentação do passivo contingente por meio de quadros
PCTRAB	Passivo contingente de natureza trabalhista
PCTRIB	Passivo contingente de natureza tributária
PRADM	Provisão de natureza administrativa
PRAMB	Provisão de natureza ambiental
PRCIV	Provisão de natureza civil
PRCOM	Comparação das provisões
PRDES	Descrição das provisões
PRMONT	Montante das provisões
PROB	Probabilidade de ocorrência de uma contingência
PRQU	Apresentação das provisões por meio de quadros
PRREGL	Provisões de natureza regulatória
PRTRA	Provisões de natureza trabalhista
PRTRI	Provisões de natureza tributária

Fonte: elaboração da autora.

O quadro 5 sumariza os 23 atributos codificados para a análise dos resultados. Eles foram obtidos a partir da leitura do referencial teórico e aplicados na leitura e interpretação das notas explicativas. Os atributos servirão de parâmetro para contagem da frequência e busca de padrões na sequência do estudo.

4.1 Objeto de estudo

O objeto de estudo desta pesquisa são as notas explicativas das empresas classificadas no setor de energia elétrica da BM&F Bovespa que atualmente é composta por 62 empresas. A amostra inicial de 62 demonstrações contábeis com suas notas explicativas foi reduzida, pois algumas empresas foram excluídas da amostra por não possuírem site ou por não terem divulgado as demonstrações financeiras padronizadas para o exercício social de 2015. Assim, o presente estudo analisou notas explicativas de 36 empresas do setor de energia elétrica, sendo que nesta amostra constam grupos que foram analisados de maneira consolidada, além disso 6 empresas analisadas foram excluídas da amostra pois, não apresentaram nenhum critério analisado. Portanto os resultados apresentados são de uma amostra de 30 empresas.

No quadro abaixo é evidenciado as empresas que compuseram a amostra inicial do estudo e o tratamento dispensado a cada uma:

Quadro 6 : Amostra inicial do estudo

(Continua)

Empresas	Análise	Empresas	Análise
AES ELPA S.A	Individual	COSERN	Consolidado Neo
AES SUL	Individual	NEOENERGIA	Consolidado Neo
AES TIETE	Individual	TERMOPE	Consolidado Neo
Alupar	Individual	Cemig Distrib	Consolidado Cemig
Ampla	Individual	CEMIG Geração e Trans	Consolidado Cemig
Bonaire	Individual	CEMIG	Consolidado Cemig
Celesc	Individual	LIGHT S.A	Consolidado Cemig
CESP	Individual	Renova	Consolidado Cemig
CELGPAR	Individual	TAESA	Consolidado Cemig
CEB	Individual	PAUL F LUZ	Consolidado CPFL
Coelce	Individual	CPFL PIRANTIN	Consolidado CPFL
CEEE-D	Individual	CPFL ENERGIA	Consolidado CPFL
CEEE-GT	Individual	CPFL RENOVAV	Consolidado CPFL
COPEL	Individual	CPFL GERAÇÃO	Consolidado CPFL
TRAN PAULIST/CTEEP	Individual	RIO GDE ENER	Consolidado CPFL
Duke Energy Internacional	Individual	Bandeirante Energia	Consolidado EDP
ELEKTRO	Individual	EDP/ENERGIAS BR	Consolidado EDP
Eletropaulo	Individual	ESCELSA	Consolidado EDP
EMAE	Individual	INVESTCO	Consolidado EDP
ENEVA	Individual	Eletrobras	Consolidado Eletrobras
FORPART	Individual	ELETROPAR	Consolidados Eletrobrás

(Conclusão)

LIGHT	Individual	ENERSUL	Consolidado Energisa
STARKRAFT	Individual	ENERGISA MT	Consolidado Energisa
TRACTEBEL	Individual	ENERGISA	Consolidado Energisa
Celpa	Consolidado Equat	REDE ENERGIA	Consolidado Energisa
CEMAR	Consolidado Equat	521 Participações S.A	Excluída
EQUATORIAL	Consolidado Equat	524 Participações S.A	Excluída
Afluentes G	Consolidado Neo	Andrade Guitierrez	Excluída
Afluentes T	Consolidado Neo	Cachoeira Paulista	Excluída
Coelba	Consolidado Neo	PROMAN	Excluída
Celpe	Consolidado Neo	UPTICK	Excluída

Fonte: elaboração da autora.

Na amostra inicial existem empresas de holding, participação societária, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Dentro da amostra existem grupos empresariais que serão alcançados neste estudo por suas demonstrações financeiras padronizadas consolidadas:

- Equatorial: Equatorial, Celpe e Cemar.
- Neoenergia: Afluentes G, Afluentes T, Coelba, Celpe, Cosern, Neoenergia, Termope.
- Cemig: Cemig GT, Cemig D, Light S. A., Renova, Taesa.
- Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL): PAUL F LUZ, CPFL Pirantin, CPFL Energia, CPFL Renováveis, CPFL Geração, RGE.
- EDP: Bandeirante Energia, EDP, Escelsa, Investco.
- Eletrobrás: Eletrobrás, Eletropar.
- Energisa: Enersul, Energisa MT, Energisa, Rede Energia.

O grupo AES Brasil, até o momento da realização desta pesquisa, não havia divulgado suas demonstrações financeiras padronizadas consolidadas. Deste modo, como o grupo está presente nas maiores regiões do país, serão estudadas as demonstrações contábeis e notas explicativas de suas companhias individuais.

Por fim, das empresas analisadas seis companhias (521 Participações S.A, 524 Participações S.A, Andrade Gutierrez, Cachoeira Paulista, PROMAN, UPTICK) não apresentaram em suas demonstrações financeiras nenhum aspecto relacionado

às provisões, passivos e ativos contingentes. Por essa razão foram excluídas da análise dos dados.

4.2 Análise dos atributos

Os resultados obtidos permitem fazer análises descritivas dos 23 atributos codificados para práticas de evidenciação em notas explicativas. A média, o desvio padrão e o coeficiente de variação permitem explorar a amostra de evidenciação do setor elétrico em relação às provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. No quadro 6 são apresentados os resultados da estatística descritiva em relação aos 23 critérios utilizados, os dados estão ordenados em relação à média maior para a menor.

O atributo “ACCOMP” (tabela 5) não foi evidenciado em nenhuma companhia. Deste modo, o total de atributos analisados reduziu-se para 22.

Tabela 1: Estatísticas das práticas de evidenciação

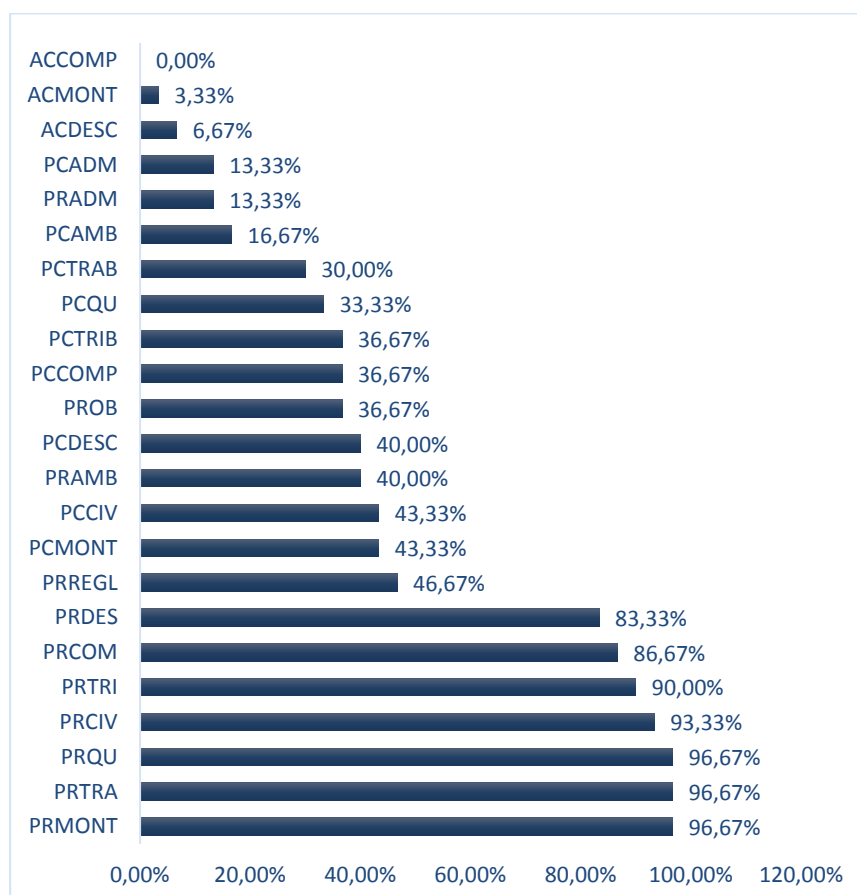
Atributo	N	Média	Desv padrão	Coef var
PRMONT	30	0,967	0,183	18,887
PRTRA	30	0,967	0,183	18,887
PRQU	30	0,967	0,183	18,887
PRCIV	30	0,933	0,254	27,183
PRTRI	30	0,900	0,305	33,903
PRCOM	30	0,867	0,346	39,894
PRDES	30	0,833	0,379	45,486
PRREGL	30	0,467	0,507	108,732
PCMONT	30	0,433	0,504	116,309
PCCIV	30	0,433	0,504	116,309
PRAMB	30	0,400	0,498	124,568
PCDESC	30	0,400	0,498	124,568
PROB	30	0,367	0,490	133,673
PCCOMP	30	0,367	0,490	133,673
PCTRIB	30	0,367	0,490	133,673
PCQU	30	0,333	0,479	143,839
PCTRAB	30	0,300	0,466	155,364
PCAMB	30	0,167	0,379	227,429
PRADM	30	0,133	0,346	259,309
PCADM	30	0,133	0,346	259,309
ACDESC	30	0,067	0,254	380,562
ACMONT	30	0,033	0,183	547,723

Fonte: elaboração da autora.

Pode-se verificar na tabela 1 que os itens de maior média são aqueles que apresentam menor coeficiente de variação. Isso ocorre porque as observações assumem o valor zero ou um. Essas variáveis binárias conferem, no caso dos itens de maior adoção nas 30 empresas, um valor idêntico à média. Logo, há um comportamento mais harmônico em relação a amostra analisada. Em outras palavras, uma média de 0,9667 indica que 97,67% das empresas evidenciaram o montante das provisões e, que, quase a totalidade das empresas tem algum tipo de provisão no seu passivo.

Para melhor evidenciar as diferenças de apresentação dos 23 critérios utilizados, no gráfico a seguir pode-se observar a média dos procedimentos utilizados pelas empresas estudadas.

Gráfico 1 : Média de evidenciação



Fonte: Elaboração da autora

Nos tópicos a seguir são apresentadas as análises quanto a provisão, passivos e ativos contingentes.

4.2.1 Quanto às provisões contingentes

O CPC n. 25 instrui a divulgação de provisões contingentes prováveis e possíveis. Neste estudo verificou-se que a provisão trabalhista é a espécie que é mais frequente nas empresas. Ela é seguida da provisão civil (93,33%), tributária (90%). Menos da metade das empresas relataram provisões regulatórias (46,67%), ambientais (40%) e administrativas (13,33%).

A provisão trabalhista é apresentada por 96,67% das empresas, pois envolvem diversas ações relacionadas com os colaboradores das entidades, destaca-se principalmente ações de equiparação salarial, horas extras, insalubridade e periculosidade.

Nas ações de natureza cível estão principalmente os processos envolvendo danos morais, materiais e ressarcimento pago pelos consumidores. Esses processos decorrem em sua maioria de acidentes. Além disso, existem processos cíveis que envolvem ações indenizatórias questionando acidentes ocorridos com a rede de distribuição, irregularidades na medição do consumo, cobranças indevidas, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Em relação as provisões contingentes tributárias que representam 90% das práticas mais evidenciadas pelas empresas de energia elétrica listadas na BM&FBovespa, sendo estas oriundas de processos envolvendo tributos municipais, estaduais e federais, além disso envolvem ações de leis de isenção e benefícios fiscais.

As provisões contingentes de natureza regulatória apresentam uma média de ocorrência 46,67%. Nesta provisão se enquadram os processos em que as companhias estão acionadas por entidades do setor público com poder regulamentar. Neste estudo as ações regulatórias são oriundas principalmente pela ANEEL seguidas de ações de órgãos estaduais e municipais. Muitas dessas ações são de processos que já duram anos, mas continuam representando probabilidade de saída de recursos. A empresa que se destacou na evidenciação da provisão

contingente regulatória foi a AES Eletropaulo, pois descreveu os processos que a empresa estava envolvida com o andamento do processo e com os valores envolvidos.

Dentre os modos de apresentação das provisões, 96,67% das empresas evidenciaram o seu montante em notas explicativas e também utilizaram quadros para fazê-lo; 83,33% fizeram alguma descrição a respeito.

A descrição das evidências é recurso importante, pois a empresa tem a oportunidade de mostrar ao seu público o que está incluso nos valores apresentados. Desse modo, a descrição das provisões contingentes é realizada de diversas maneiras. Nas empresas analisadas, existem desde uma simples descrição conceitual da classificação dos processos até empresas que divulgam os números dos processos, andamento e descrição do que está envolvido no mesmo. A média atingida pelas empresas analisadas foi de 83,33% sem levar em consideração a qualidade da descrição. Esse dado evidencia que a grande maioria das empresas tem a intenção de deixar o usuário da informação atualizado em relação às provisões contingentes.

No contexto das evidenciações envolvendo provisões, destaca-se a provisão contingente ambiental que foi apresentada por 40% das empresas estudadas. As ações que envolvem processos ambientais estão vinculadas às indenizações por perdas econômicas e danos cometidos ao meio ambiente. Algumas empresas mantêm um montante para possíveis processos que a empresa venha a ser considerada ré.

A Cemig S.A se destaca com suas DFP apresentando um quadro com as provisões que a empresa possui. Nesse quadro é feita uma separação das ações cíveis, que, por sua vez, estão segregadas entre processos envolvendo relações de consumo (como casos de cobranças indevidas ou outras irregularidades) dos demais processos cíveis que envolvem danos morais e materiais, conforme representado na figura abaixo.

Figura 1 : Quadro de provisão contingente Cemig

	Consolidado				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	2015
Trabalhistas	322.525	38.799	(34.928)	(36.555)	289.841
Cíveis					
Relações de Consumo	19.215	13.731	(2.452)	(13.116)	17.378
Outras ações cíveis	24.272	10.476	(99)	(5.857)	28.792
	43.487	24.207	(2.551)	(18.973)	46.170
Tributárias	73.059	5.408	(8.878)	(575)	69.014
Ambientais	1.215	9	(1.164)	-	60
Regulatórias	35.385	13.390	(3.097)	(498)	45.180
Societárias (2)	239.445	29.508	-	-	268.953
Outras	39.859	5.606	(8.828)	(1.282)	35.355
Total	754.975	116.927	(59.446)	(57.883)	754.573

Fonte: DFP Cemig (2015,p. 167).

Outro atributo de evidenciação que possui uma média elevada é a comparação anual das provisões (86,67%). Ainda que esse critério não seja obrigatório pelo pronunciamento CPC 25, muitas empresas comparam o saldo do início e do final do período demonstrando a sua movimentação. Destaca-se a evidenciação apresentada pelas companhias CEB, CESP e Neoenergia que apresentam o comparativo de 2013 com as respectivas evoluções até 2015.

Destaca-se a evidenciação da empresa Equatorial na qual as demonstrações financeiras padronizadas apresentam os principais processos distintos por natureza, trazendo a movimentação no período e apresentando um quadro comparativo dos anos de 2013 e 2014, 2014 e 2015. Outra companhia que merece destaque pela qualidade da evidenciação foi a EDP que evidencia quadros com as probabilidades de perdas prováveis e possíveis seguida de uma breve atualização dos principais processos nos quais a companhia está envolvida, separados por natureza de contingência.

4.2.2 Quanto aos passivos contingentes

De acordo com o pronunciamento do CPC 25, o passivo contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados que dependem de eventos futuros incertos, sobre os quais a empresa não possui a totalidade de controle. Na tabela abaixo é apresentando as estatísticas das evidências dos passivos contingentes.

Tabela 2 : Estatísticas dos passivos contingentes

Atributo	N	Média	Desv Padrão	Coef Var
PCCIV	30	0,433	0,504	116,309
PCMONT	30	0,433	0,504	116,309
PCDESC	30	0,400	0,498	124,568
PCCOMP	30	0,367	0,490	133,673
PCTRIB	30	0,367	0,490	133,673
PCQU	30	0,333	0,479	143,839
PCTRAB	30	0,300	0,466	155,364
PCAMB	30	0,167	0,379	227,429
PCADM	30	0,133	0,346	259,309

Fonte: elaboração da autora.

Conforme a tabela 2 as evidenciações dos passivos contingentes ficaram abaixo de 50% na amostra analisada, mas ainda assim apresentam dados significativos. Pode-se observar que a média de evidenciação comparada a evidenciação das provisões teve uma redução acentuada, enquanto o coeficiente de variação aumentou. Esse aumento do coeficiente de variação nos mostra que os dados apresentados pelos passivos contingentes são mais heterogêneos entre as empresas, ou seja, menos empresas apresentaram esses critérios.

Em relação à análise dos passivos contingentes 43,33% das empresas apresentam o montante dos passivos, 40% descrevem de alguma maneira os montantes, a comparação entre os anos é realizada por 36,67% das entidades. Além disso, a apresentação em quadro que é uma maneira de evidenciação elencada pela Lei Das Sociedades por Ações é realizada por apenas 33,33% das companhias de energia elétrica.

A natureza dos passivos contingentes é a mesma descrita anteriormente para as provisões contingentes, alterando somente a análise do reconhecimento dos passivos. Os passivos contingentes de natureza civil são evidenciados por 43,33%, seguido dos tributários, que apresentaram 36,67% de frequência e logo em seguida, os passivos contingentes de natureza trabalhista que foram evidenciados por 30% das empresas. Abaixo de 20% de evidenciação encontram-se os passivos contingentes ambientais e os administrativos.

4.2.3 Quanto aos ativos contingentes

Para finalizar, a evidenciação dos ativos contingentes é apresentado por apenas 2 empresas: a CESP e Forpart. A companhia CESP apresenta o montante e a descrição do ativo e a Forpart, empresa que está em liquidação, descreve somente que possui contingências ativas em processos. Assim, os ativos contingentes são descritos por 6,67% das empresas e somente a CESP apresenta o montante, o que restringe a média observada à 3,33% da amostra. Os ativos contingentes são os critérios que possuem maior restrição para a divulgação, pois somente são evidenciados quando a empresa considera praticamente certa a entrada de recursos. Soma-se a essa dificuldade o fato de que as empresas atuam passivamente nos processos em que reclamam o ganho ou anulação de uma perda.

4.3 Análise das empresas

No item anterior, praticamente se ratificou uma compreensão acerca dos padrões de evidenciação dos itens do pronunciamento CPC 25. Contudo, as 30 empresas analisadas diferenciam-se entre si no alcance da cobertura dos itens do pronunciamento CPC 25. Na tabela 3 abaixo pode se observar a frequência e dispersão da cobertura dos 22 atributos pelas 30 empresas:

Tabela 3 : Estatísticas comportamentais das empresas em relação aos atributos

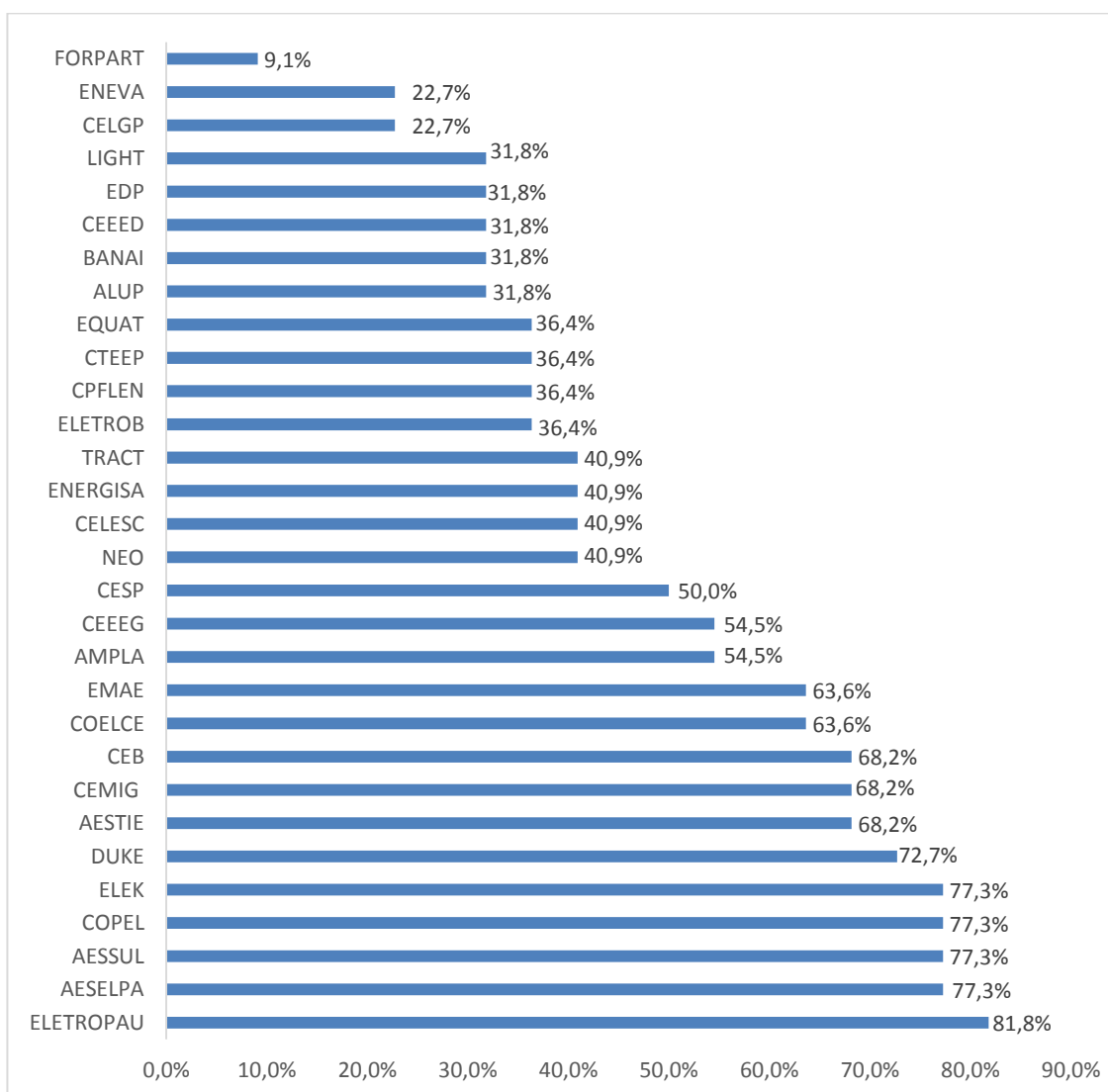
Atributo	N	Média	Desv padrão	Coef var	Atributo	N	Média	Desv padrão	Coef var
ELETROPAU	22	0,818	0,395	48,250	CELESC	22	0,409	0,503	123,013
AESELPA	22	0,773	0,429	55,509	ENERGISA	22	0,409	0,503	123,013
AESSUL	22	0,773	0,429	55,509	TRACT	22	0,409	0,503	123,013
COPEL	22	0,773	0,429	55,509	ELETROB	22	0,364	0,492	135,401
ELEK	22	0,773	0,429	55,509	CPFLEN	22	0,364	0,492	135,401
DUKE	22	0,727	0,456	62,678	CTEEP	22	0,364	0,492	135,401
AESTIE	22	0,682	0,477	69,921	EQUAT	22	0,364	0,492	135,401
CEMIG	22	0,682	0,477	69,921	ALUP	22	0,318	0,477	149,830
CEB	22	0,682	0,477	69,921	BANAI	22	0,318	0,477	149,830
COELCE	22	0,636	0,492	77,372	CEEED	22	0,318	0,477	149,830
EMAE	22	0,636	0,492	77,372	EDP	22	0,318	0,477	149,830
AMPLA	22	0,545	0,510	93,435	LIGHT	22	0,318	0,477	149,830
CEEEG	22	0,545	0,510	93,435	CELG	22	0,227	0,429	188,730
CESP	22	0,500	0,512	102,353	ENEVA	22	0,227	0,429	188,730
NEO	22	0,409	0,503	123,013	FORPART	22	0,091	0,294	323,669

Fonte: elaboração da autora.

Ao observar a evidenciação apresentada pelas empresas de energia elétrica, observa-se que elas apresentam semelhantes maneiras de evidenciar os critérios. Além disso, dentre a amostra estudada a empresa que mais evidenciou os critérios do estudo foi a AES Eletropaulo que teve apresentou 81,8%, dos critérios, seguida da AES Elpa, AES Sul, Copel e Elektro essas apresentaram 77,3% dos critérios.

Para melhor evidenciar os atributos apresentados por empresa, o gráfico 2 apresenta a média que cada empresa evidenciou dos critérios analisados.

Gráfico 2 : Média das empresas analisadas



Fonte: Elaboração da autora

O grupo AES Brasil que ainda não havia divulgado as demonstrações consolidadas quando o presente estudo foi iniciado, logo a análise feita foram nas empresas de maneira individual (AES Sul, AES Elpa, AES Tiete e AES Eletropaulo) apresentaram as maiores médias de evidenciação dos 23 critérios baseados no CPC 25, dentre elas a que apresentou menos critérios foi a AES Tiete (65,22%).

Outro grupo importante no cenário de energia elétrica no país é a Cemig, pois possui diversas projetos no setor e ainda contem participação em diversas empresas como controladora e outras como acionista. A Cemig apresentou 65,22% dos critérios estudados, mesmos índices apresentados pela CEB e AES Tiete. A empresa Forpart foi a que apresentou a menor quantidade de critérios analisados, pois esta empresa está em processo de liquidação.

Além disso, pode-se observar que as empresas possuem semelhanças entre si, pois mesmo evidenciando de maneiras diferentes elas apresentaram quantidades equivalentes dos critérios analisados, isso remete a possibilidade de análises das empresas nos “grupos”, buscando os critérios que as assemelham dos que as diferem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados nos capítulos anteriores que embasaram esse estudo, conclui-se que é possível identificar padrões de evidenciação contábil em notas explicativas entre empresas do setor de energia elétrica. Diversas empresas apresentaram os 23 critérios baseados no CPC 25 de maneira muito semelhante, o que possibilitou verificar que no mesmo setor existem grupos onde as empresas apresentam semelhança nas evidenciações.

Em relação aos objetivos deste estudo, o objetivo geral que pretendia analisar as notas explicativas das demonstrações financeiras padronizadas de empresas classificadas no setor de energia elétrica da BM&F Bovespa no exercício social de 2015 a fim de identificar padrões recorrentes e diferenciais na amostra; foi atendido pois, pode se observar que as empresas do setor de energia elétrica apresentam padrões de evidenciação do passivo, provisão e ativo contingente e que praticamente a totalidade delas apresenta-os nas demonstrações financeiras. Entretanto, ao mesmo tempo verificou-se distinções entre a apresentação, como foi o caso dos ativos contingentes apresentados somente por duas empresas.

A empresa que apresentou mais atributos condizentes com o CPC 25 foi a AES Eletropaulo apresentando 81,8 % dos atributos, porém neste estudo não foi analisado a qualidade das informações apresentadas, neste sentido a empresa se destacou na forma de descrições das ações descrevendo os processos, como está o andamento e os valores envolvidos. A AES Eletropaulo pertence ao grupo AES Brasil, que mesmo sendo analisado as demonstrações contábeis de maneira individualizadas o grupo apresentou a maior evidenciação dos grupos analisados.

As empresas do setor de energia elétrica da BM&FBovespa pertencentes a amostra estudada apresentaram muitas semelhanças na evidenciação da maioria dos aspectos utilizados, porém a forma de evidenciação muda de empresa para empresa, como por exemplo, algumas delas preferem evidenciar as provisões em quadros, já outras apresentam muitas informações descritas.

Considerando os três grupos (provisões, passivos e ativos contingentes) analisados em conjunto com os critérios estabelecidos de acordo com o CPC 25, pode se observar que os critérios mais evidenciados pelas as empresas são os relacionados a provisões, seguidos pelos passivos; sendo que as provisões são

apresentadas no balanço patrimonial das empresas e evidenciadas nas notas explicativas, já os passivos e ativos contingentes são apresentados somente nas notas explicativas. Em relação aos ativos contingentes são os mais escassos na amostra, pois foram evidenciados somente por 2 empresas e sendo que uma delas esta em processo de liquidação. Vale ressaltar que estes possuem critérios mais rígidos para a divulgação e que dependem de terceiros para se realizarem.

Recomenda-se que para futuros estudos que seja analisado mais exercícios sociais para que possa se fazer uma comparação entre os anos, a fim de verificar se existe um aumento ou redução na evidenciação dos critérios do CPC 25. Além disso é interessante observar que nem todas as demonstrações financeiras foram encontradas o que fizeram algumas empresas serem excluídas da amostra analisada o que pode ser corrigido, tentando contato direto com a empresa.

A codificação dos critérios auxiliou a análise, porém para futuros estudos utilizando esse método recomenda-se criar escalas de classificação, fazendo com que a análise seja realizada com critérios de mesmos níveis, aumentando dessa maneira a qualidade dos dados. Ademais é possível analisar as empresas nos clusters encontrados, buscando evidencias que as assemelham e as diferem.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3 ed. Disponível em: < http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_capa.pdf> . Acesso em : 16 mai. 2016.

ALBURQUERQUE, Diane; FARIA, José César. **O reconhecimento da contingência nas demonstrações contábeis: provisão x reserva**. XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0264_0408_01.pdf> Acesso em: 02 jun. 2016.

ANDRADE, M. Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1999.

AQUINO, Wagner; et al. Evidenciação nas demonstrações contábeis das instituições financeiras. **Scielo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511992000200002>. Acesso em: 08 out. 2015.

BMFBOVESPA. Empresas listadas. Disponível em: < http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. São Paulo. Acesso em: 07 mar. 2016.

BRASIL, Lei n. 6404, de 12 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____, Lei n.11638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da lei n. 6404 de 15 de dezembro de 1976 e da lei n. 6385 de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 3 abr. 2016.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, prova o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 set. 2009. Disponível: < <http://www.cvm.gov.br/legislacao/deli/deli594.html> >. Acesso em: 27 jun. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, CPC 25 **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Brasília; CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

_____, CPC 26 **Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília; CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>>. Acesso em: 06 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, **Notas Explicativas**, Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br/demonstracoes-contabeis/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, **Cria o comitê de pronunciamentos contábeis, e dá outras providências**. Brasília. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=101916>>. Acesso em: 12 abr. 2016

DALMÁCIO, Flávia Zóboli; PAULO, Francislene Ferraz Magalhães. **A evidenciação contábil**: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico financeiros nas demonstrações contábeis. Fucape. Disponível em: <http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/Dalm%C3%A1cio,Flavia%20Z%C3%B3boli.%20A%20evidencia%C3%A7%C3%A3o%20cont%C3%A1bil.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015.

ERNEST & YOUNG; FIPECAFI. IFRS: 1.ano. Análises sobre a adoção inicial do IFRS no Brasil. Disponível em:<http://mrm.comunique-se.com.br/arq/121/arq_121_219638.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOMETTI, Rodrigo. **Contingências: natureza, registro, valorização, classificação contábil e divulgação**. Disponível em: <<http://artigoscheckpoint.thomsonreuters.com.br/a/2lvp/contingencias-natureza-registro-valorizacao-classificacao-contabil-e-divulgacao-rodrigo-giometti>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina. **Introdução à contabilidade para o nível de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial, 7.ed. São Paulo: Atlas, 2013. .

_____. **Contabilidade empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, Eliseu et al. **Manual de contabilidade societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NEVES, A. A. **Notas explicativas**. 2005. 65 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Centro Universitário de Brasília, 2005.

RODRIGUES, A. de J. **Metodologia Científica**: Completo e Essencial para a vida Universitária. 1. ed. São Paulo: Avercamp, 2006.

SPITZCOVSKY, Celso. **Série Concursos Públicos - Direito Administrativo**, 14ª edição, 2013. Disponível em:< <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5111-5>>. Acesso em:29 mai. 2016.

APÊNDICE A- BASE DE DADOS

	PRMONT	PRDES	PRCOM	PRCIV	PRTRA	PRTRI	PRAMB	PRADM	PRREGL	PROB	PRQU	ACMONT	ACDESC	PCMONT	PCDESC	PCCOMP	PCCIV	PCTRAB	PCTRIB	PCAMB	PCADM	PCQU
ELETROPAU	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1
AESLPA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1
AESSUL	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1
COPEL	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1
ELEK	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1
DUKE	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1
AESTIE	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	1	1	0	1
CEMIG	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	0
CEB	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1
COELCE	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	1
EMAE	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0
AMPLA	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0
CEEEG	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1
CESP	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NEO	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CELESC	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ENERGISA	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TRACT	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ELETROB	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CPFLEN	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CTEEP	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EQUAT	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALUP	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BANAI	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CEEED	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EDP	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LIGHT	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CELGP	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ENEVA	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FORPART	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0